

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 1 - Contexto Operacional: O Município de Restinga Seca, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por dez Secretarias, um Fundo de Previdência e o Poder Legislativo.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: O Balanço Patrimonial e demais demonstrações foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e demais disposições e normativas vigentes.

Nota 3 - Créditos a Receber a Curto e a Longo Prazos: Os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por créditos tributários e não tributários, dívida ativa, transferências voluntárias a receber da União e Estado, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamento de numerário a servidores, créditos por danos ao patrimônio público e outros créditos e valores a receber. Valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no curto prazo, e representam 84,53% do total dos créditos. O restante, correspondente a 15,47% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especialmente em relação à dívida ativa, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desse dado, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas em contas redutoras do ativo.

O quadro a seguir detalha a composição dos saldos existentes em 31/12/2016;

Créditos de Curto Prazo	Saldo	Créditos de longo Prazo	Saldo
1.1.2.1.0.00 – Créditos Tributários a Receber	18.653.575,12	1.2.1.1.1.03 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.064.872,01
1.1.2.3.0.00 – Créditos de Transferências a Receber	723.044,19	1.2.1.1.1.04 – Dívida Ativa Tributária	3.603.799,34
1.1.2.4.0.00 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos	498.150,61	1.2.1.1.1.05 – Dívida Ativa Não Tributária	4.356.060,93
1.1.2.5.0.00 – Dívida Ativa Tributária	201.254,92	1.2.1.1.1.99 – (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(6.162.382,21)
1.1.2.6.0.00 – Dívida Ativa Não Tributária	115.325,97	1.2.1.1.2.01 – Créditos Tributários a Receber	786.152,59
1.1.2.9.0.00 – (-)Ajuste de Perdas de Créditos a	(303.109,93)		

Curto Prazo			
1.1.3.1.0.00 – Adiantamentos Concedidos	77.202,83		
1.1.3.4.0.00 – Créditos Por Danos ao Patrimônio Público	298.577,00		
1.1.3.8.0.00 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	287.204,10		
Total dos Créditos a Receber de Curto Prazo	20.551.224,81		3.648.502,66

Nota 4 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazos: Os saldos apresentados no corpo da demonstração se referem aos valores líquidos, já descontadas as perdas, bem como as aplicações das disponibilidades do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as quais se processaram de acordo com a Resolução nº 3.922/2010, do Conselho Monetário Nacional.

Título/Subtítulo	Saldo
1.1.4.1.1.09 – Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	21.874.453,82
1.1.4.1.1.10 – Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	997.329,66
Total dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	22.871.783,48

Nota 5 – VPD Pagas Antecipadamente: Os saldos apresentados são relativos aos pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. Em 2016 essa rubrica apresentou um saldo de R\$ 62.993,30. Em relação ao exercício anterior, apresentou uma variação positiva de R\$ 46,46%.

Nota 6 – Investimentos: Os investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, ou seja, a participação nas ações de outras empresas; estas representaram um montante total de R\$ 8.154,95. Da mesma forma, estão classificados nesse título a avaliação das participações em Consórcios Públicos, de acordo com as prescrições da Portaria STN nº 72/2012 e estas últimas representam o valor mais significativo desse grupo que totalizou o montante de R\$ 96.132,90. O quadro a seguir demonstra o percentual de participação do Município nos consórcios públicos:

Identificação do Consórcio	Saldo Patrimonial pertencente ao Município
Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIRC)	44.924,43
Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS)	51.208,47
TOTAL	96.132,90

Nota 7 - Imobilizado: Bens Móveis: Os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos (já descontada a depreciação e ajuste a valor recuperável) constante no inventário

patrimonial realizado. Ressalta-se ainda que o método de depreciação utilizado pelo Ente é o de Cotas Constantes.

Nota 8 – Imobilizado – Bens Imóveis: Os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Estando abrangidos os Bens de Uso Especial, os Bens Dominicais, os Bens de Uso Comum do Povo e os Bens Imóveis em Andamento. Ressalta-se que quanto aos bens imóveis o processo de inventário ainda não está concluído por parte da comissão inventariante e do setor de patrimônio, sendo que a contabilidade mantém valores históricos e que foram movimentados através das várias aquisições ao longo dos anos, mas que tão logo esteja concluída a etapa do inventário dos mesmos serão então conciliados e ajustados a valores presentes, tal como foi realizado com os bens móveis.

Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: Compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, valores devidos ao fundo de previdência, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O restante das obrigações dessa natureza foram classificados no longo prazo. O quadro a seguir demonstra, para efeitos de comparação, os valores registrados a curto e a longo prazos:

Obrigações Trab, Prev e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	Saldo	Obrigações Trab, Prev e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1 Pessoal a Pagar	1.894.833,31	2.2.1.4.0 Encargos Sociais a Pagar	930.575,46
2.1.1.2 Benefícios Previdenciários a Pagar	2.953,67		
2.1.1.3 Benefícios Assistenciais a Pagar	7.545,30		
2.1.1.4 Encargos Sociais a Pagar	1.222.642,58		
TOTAL	3.127.974,86		930.575,46

Nota 10 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: Os saldos são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente ajustado em 31/12/2016, e compreendem as obrigações financeiras internas do Município a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo (12 meses) e longo prazo (superior a 12 meses). A tabela a seguir demonstra analiticamente, os valores a curto e longo prazos.

2.1.2.3 Financiamento a Curto Prazo Interno	245.321,88	2.2.2.3 Financiamento a Longo Prazo - Interno	78.947,71
TOTAL	245.321,88		78.947,71

Nota 11 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo: Os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de mercadorias e materiais

utilizados nas atividades operacionais dos órgãos da administração direta. Compreende também as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive, os precatórios decorrentes dessas obrigações, bem como os trabalhistas. Também estão inseridos nesse grupo os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e também aqueles que, embora não empenhados foram reconhecidos pelo regime de competência. O quadro seguinte sintetiza essas contas

2.1.3.1 Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	1.010.589,51		
TOTAL	1.010.589,51		

Nota 12 – Obrigações Fiscais a Curto e Longo Prazo: Compreende o saldo das obrigações dos órgãos da Administração Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições devidas à União, ao Estado e ao Fundo de Previdência dos Servidores Municipais

2.1.4.1 Obrigações a Curto Prazo com a União	25.726,93		
2.1.4.3 Obrigações a Curto Prazo com os Municípios.	2.500,00		
TOTAL	28.226,93		

Nota 13 – Demais Obrigações a Curto e Longo Prazo: O grupo Demais Obrigações a Curto Prazo sofreu um acréscimo de 19,40% em relação ao exercício anterior e representou, no final do exercício de 2016, 9,07% do passivo circulante. O quadro a seguir demonstra, para efeitos comparativos, a composição das obrigações a curto prazo:

2.1.8.8 Valores Restituíveis	356.020,75		
2.1.8.9 Outras Obrigações a Curto Prazo	93.628,34		
TOTAL	449.649,09		

Nota 14 – Provisões a Curto e Longo Prazo: Segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. No longo prazo, as provisões apresentam um decréscimo significativo em relação ao exercício anterior por motivo de mudança na metodologia de cálculo do atuário. As Provisões de longo prazo abrigam as provisões matemáticas previdenciárias do regime próprio de previdência social (RPPS). Essa rubrica, registrada de acordo com a avaliação atuarial realizada em 20 de janeiro de 2016, representa 94,56% do total do Passivo Não Circulante da Entidade.

Provisões a Curto Prazo	Saldo	Provisões a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.1.01.02 – Décimo Terceiro Salário	0,00	2.2.7.2.0 – Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	17.548.638,82

2.1.1.1.1.01.03 – Férias	1.606.020,54		
Total Provisões a Curto Prazo	1.606.020,54	Total Provisões a Longo Prazo	17.548.638,82

Nota 15– Patrimônio: Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, adiantamento para futuro aumento de capital, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, demais reservas, resultados acumulados. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit de R\$ 68.576.618,39, o patrimônio líquido apresentou um crescimento significativo em relação a 2015, sobretudo em decorrência do aumento do patrimônio do Fundo de Previdência do Município (RPPS). O patrimônio do Município é formado pelo patrimônio do Fundo de Previdência (RPPS), Câmara de Vereadores e Prefeitura. Os valores do crescimento do patrimônio líquido de cada um dos órgãos fora o seguinte: Câmara de Vereadores aumentou R\$ 80.992,12, Prefeitura Municipal aumentou 21.306.935,45 e o RPPS aumentou R\$ 47.188.690,82. O aumento significativo no Patrimônio do RPPS deve-se a mudança de critério de cálculo das provisões matemáticas feitas pelo atuário, que para o exercício de 2015 não deduziram o Plano Previdenciário de Amortização e para o cálculo de 2016 fizeram essa dedução, o que resultou em uma diminuição da provisão na ordem de R\$ 44.364.171,77. Para o órgão Câmara de Vereadores houve um aumento de R\$ 80.992,12 em relação ao exercício anterior, basicamente resultante das transferências intergovernamentais do ente Prefeitura Municipal para a Câmara, em virtude de os valores repassadas terem ficado superiores ao montante das despesas empenhadas da Câmara. Para a Prefeitura Municipal houve um crescimento de R\$ 21.306.935,45 resultante basicamente do incremento da arrecadação das receitas de impostos e transferências.

WILLIAM MARQUES RIBEIRO

CONTADOR

CRCRS 60.666

